

Racismo: Afasta de mim este cale-se!

Prof. Dr Francisco Carlos Cardoso da Silva

“O negro não é só uma machina econômica; elle é antes de tudo e mau grado sua ignorância, um objeto da sciencia” (Silvio Romero).

A epígrafe expressa, grosso modo, como o negro era visto pela intelectualidade brasileira na passagem do século XIX para o XX, a partir de uma citação de Silvio Romero, que vai influenciar Nina Rodrigues, outro percussor dos estudos sobre o negro no Brasil, tão elogiado por Artur Ramos, Thales de Azevedo, Gilberto Freire e tantos outros.

A despeito do distanciamento que costumo adotar, não pretendo ser neutro, mas interessado, pois não objetivo pacificar as relações raciais e sim denunciar toda forma de opressão nelas contidas, a fim de provocar um novo encontro anti-racista. Em outras palavras, proponho uma ruptura com a noção de negro como mero objeto e sob qualquer tipo de sujeição. Nessa perspectiva, não compartilho com a preocupação de Romero e, se há alguma máquina que pretendo mostrar, é a de produção de dissidência, na resistência a uma história de violência, como diz o poeta de Santo Amaro: *“e o povo negro entendeu que o grande vencedor se ergue além da dor (Caetano Veloso).*

A hipótese deste trabalho se confirma no sentido de que não existe um racismo à brasileira, embora o racismo no Brasil tenha a sua particularidade; como diz Fanon (1983), racismo é racismo: não existe racismo bom ou ruim, maior ou menor.

O racismo no Brasil, pois, é tão violento quanto qualquer racismo em qualquer outro lugar. Mas, dentre as suas peculiaridades, podemos destacar o desenvolvimento de uma tecnologia, de uma maquinação eficiente de desfaçatez, combinada com um

discurso que produz na população uma vergonha de ter preconceito, sem, entretanto, deixar de tê-lo.

Trata-se de uma tecnologia que se aperfeiçoou nos trópicos, tomando uma nova coloração e uma dimensão assustadora: muito inspirada pelas teorias racialistas, eugenistas, higienistas e todas as outras denominações e situações racistas existentes na Europa (SANTOS, 2003; DIWAN, 2007), essa tecnologia funciona como uma guerra entre as raças e se articula nos diferentes planos – social, econômico, cultural e político – potencializando-se com outras questões, como classe, gênero, homofobismo etc. O racismo no Brasil é tão eficaz, que se tornou um modelo tipo exportação, sobretudo pela capacidade de esconder o teor da sua violência.

O título do texto e a epígrafe são ilustrativos dessa questão que ora analiso, em que o objeto escapa da sua mera condição de objeto e assume a fala. Quanto ao título, este foi tomado de empréstimo ao filme dirigido por Sérgio Bianchi, o qual chama atenção pela imagem do seu cartaz de divulgação. Nele, a atriz Ana Lucia Torres aparece com os braços abertos, acompanhada de várias crianças negras, em uma clara alusão ao negócio que virou a miséria a que está submetida a maioria da população pobre, apontando, com isso, a continuidade da condição do negro na escravidão.

Assim, proponho uma analogia do título do filme com a condição do negro enquanto objeto do qual alguns intelectuais não querem abrir mão. Nesse sentido, predomina a máxima Foucaultiana de que o menor estágio de verdade é condicionado politicamente. Em suma, o que quero dizer é que não cabe aos intelectuais dizerem como o movimento negro deve se organizar.

Com efeito, a primeira atitude a ser adotada nessa guerra é de se rebelar contra o racismo, ainda que seja por dentro do Estado, embora reconheça o quanto é perigoso

recorrer às instituições, principalmente quando o problema está relacionado à educação¹.

Mas observo que posturas como a de Romero seguem encontrando ressonância junto ao próprio movimento negro, o qual sob alguns aspectos, ainda se mostra tímido. Essa visão se aplica sobretudo ao MNU, por não ter uma posição deliberada a favor das cotas e nem ao menos explicar o porquê do seu não posicionamento para a população.

Para não perder de vista essa analogia em que critico a sujeição do negro enquanto um objeto, gostaria de mencionar um fato curioso no estudo dos negros: há uma certa polarização entre os que defendem cotas e as demais formas de ações afirmativas e os que a elas se contrapõe. O mais inusitado é perceber que um grupo de intelectuais tem se juntado ao jornalista Ali Kamel, executivo da Rede Globo, contra a luta anti-racista dos negros. A antropóloga Ivone Maggi, por exemplo, passou a ser mais conhecida depois de sua luta anti-movimento negro; suas propostas, divulgadas em diversas entrevistas, nunca ocuparam tanto espaço na mídia, nunca falaram tanto sobre relações raciais quanto agora em que direciona sua posição sistematicamente contra as cotas.

Um fato que reforça isso foi o acontecimento do dia 29 de maio de 2007, quando Sérgio Pena, da UFMG, divulgou uma pesquisa encomendada, em que atesta que pessoas negras famosas, como Daiane Santos e Neguinho da Beija Flor, têm mais descendência européia do que africana. Não tenho dúvida que se fizerem esse teste comigo, eu devo apresentar essa ascendência européia; contudo esse tipo negrofobia não

¹ Eu digo isso porque existe uma crença, sobretudo por parte dos membros das entidades analisadas neste trabalho – e eu vou mostrar isso em várias entrevistas – de que a educação é solução para tudo. Da minha parte, eu vou em sentido diferente. Primo por questionar a educação, já que a mesma, da forma que está engrenada na subjetividade Capitalística, teria, no mínimo, que ser pensada em outros termos para possibilitar um confronto com a atual concepção. Ao mesmo tempo, seria necessário substituí-la por uma nova subjetividade, capaz de promover novos encontros ou novas vias de passagem, alterando a correlação de forças na escola, sobretudo na universidade. Aliás, essa deveria ser uma das funções das cotas e das outras ações afirmativas enquanto problema mais do que enquanto solução, função esta que defendo ao longo da tese e que tem relação com o devir negro.

vai impedir que continue sendo discriminado enquanto negro e nunca como descendente de europeu.²

Existe toda uma movimentação, portanto, feita contra o movimento negro brasileiro, sobretudo no tocante às ações afirmativas³. É o que se manifestou no documento intitulado manifesto da elite branca, em que os autores abaixo-assinados, em nome da “República Democrática” se opõe ao Estatuto da Igualdade,

O citado manifesto, embora um tanto simplista, é bastante ilustrativo e interessante por nos possibilitar debater algumas questões, a começar pelo próprio título.

A utilização provocativa do termo elite branca, é bom ressaltar, não chega a ser novidade, pois se há alguma inovação nesse texto, fica por conta da maneira como o grupo se comporta enquanto elite escravocrata.

Os argumentos utilizados contras as cotas são bastante conhecidos e me surpreendem pelo simplismo, principalmente pelo que apontam como caminho para solucionar o racismo. Além de quererem reeditar a república, que legou aos negros enquanto ex-escravos essa situação inumana de negação de direitos, citam Martin Luther King de modo distorcido, alegando que o mesmo lutou por uma nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor da pele, mas pela força do seu caráter. É de se espantar o quanto o documento deixa escapar o que o grupo reserva para os negros,

² No dia 30 de maio de 2007, apareceu na TV, no Jornal Nacional da Globo, um rapaz negro – José Carlos Miranda – que, segundo matéria do Afroples, se auto-denominou de coordenador do Movimento Negro Socialista, criticando o estatuto, dizendo que o mesmo vai promover a divisão e constitui numa solução individual que iria promover a competição. Essa pessoa já havia assinado o manifesto da elite branca e aparecido defendendo tal documento. O estatuto em questão foi um documento divulgado em 30 de maio de 2006, intitulado de Manifesto da Elite Branca, assinado por um grupo de pessoas que se contrapõe ao PL 73/1999 (PL das cotas) e ao PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial, que tramita há mais de seis anos no Congresso),

³ A existência em si do manifesto já revela o quanto as ações afirmativas são eficazes na luta contra o racismo no Brasil, bem como levanta um debate muito sério sobre a educação, cuja discussão tem sido reduzida, por muitos intelectuais, ao tema das cotas para ingresso na universidade.

sobretudo para aqueles que sequer tiveram oportunidades de estudar: *“Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer”* .

Como se vê, a defesa do grupo, em que pese o respeito aos que subscreveram o Manifesto da Elite Branca é bem coerente na tonalidade: ele é claro, é tão branco quanto escravocrata, à maneira dos que defendiam o Estatuto da Escravidão, segundo os quais os negros nasceram para serem escravos. Há que se reconhecer, contudo, que os que se contrapõem ao Estatuto da Igualdade devem ser contextualizados. Eles não querem escravos, eles querem os negros se não analfabetos totalmente, querem-nos meros produtores de uma cultura exótica que seja objeto de seus estudos, possibilitando-os responderem sempre por nós negros, reproduzindo assim todo o sistema de parentesco racial existente na academia.

É preciso dizer que toda crítica é legítima, ainda que seja contra as cotas, mas a crítica citada merece a nossa apreciação, sobretudo em função do lugar onde ela é feita e dos princípios aos quais recorre. Por isso, me ateno um pouco mais ao manifesto citado; feito por militantes e acadêmicos que evocam os princípios da república e do universalismo, o Manifesto da elite branca é reacionário do ponto de vista acadêmico e político, à medida que se arvora de um facho luminoso (iluminismo, racionalista) maior do que o de Kant, de uma vontade de verdade, de uma autoridade capaz de nos mostrar o caminho da salvação (teológico).

É uma formulação econômica do ponto de vista do esforço acadêmico, que não contribui muito para refletir a problemática racial, pois argumenta que o racismo é um problema social que deveria ser submetido à questão de classe ou coisa parecida, fazendo deste um pseudofenômeno ou fenômeno só realizável na luta de classe.

Por outro lado, inexistente no manifesto uma proposta de transformação da escola que ao menos possibilite a todos o acesso à educação; o que existe é a defesa da

meritocracia dentro de uma sociedade cujo ensino público não possibilita que aqueles poucos que conseguem concluir o segundo grau tenham condições de competir em busca de uma vaga na Universidade.

É fácil ser republicano para quem sempre teve cotas na política, na educação, para verbas nas pesquisas e outros benefícios. Portanto, mesmo reconhecendo que nem todos que se opõem ao Estatuto o fazem pelo mesmo motivo, nada me faz concordar com o manifesto contra as cotas senão é preciso se perguntar se são cotas mesmos que devemos reivindicar, uma vez que já existem em todos os segmentos cotas para brancos. Não seria o caso de reivindicar contra-cotas, inclusive na academia?

Não se trata de se defender uma elite negra ou branca, mas de implodir qualquer tipo de elite, qualquer representação nesta perspectiva. Nesse sentido, sou do contra e, ao invés de universalidade, defendo processos de singularização, até porque os negros no Brasil só conquistaram grandes vitórias porque além de *produzirem milagres de fé no ocidente*, produziram muitas subjetividades dissidentes e sempre foram capazes de dar respostas diferentes para o problema da opressão. Assim, não há motivo para não correr riscos, toda luta por ações afirmativas é válida e a história não tem provado o contrário.

O próprio movimento negro, no que eu concordo, tem insistido em questionar: por que ninguém critica experiências como o Programa de Recuperação de Bancos, conhecido (PROER) e a forma como foram distribuídas as terras no Brasil desde que esse país era Colônia de Portugal (a sesmaria) e mais ainda, a própria legalização das terras (a lei de terras), feita com intuito de dificultar o acesso dos negros às terras antes mesmo que esses fossem abolidos da escravidão?

São tantas outras argumentações a favor de ações afirmativas, que eu prefiro meter a uma análise qualitativa sobre o racismo e o anti-racismo, em ter que recorrer às muitas Estatísticas para justificá-las, ouvindo não só os negros nesta discussão⁴.

Recentemente⁵, a ministra Matilde Ribeiro afirmou: “o Governo tem apenas seis meses, mas uma grande herança de pobreza e exclusão social. “Temos disposição para o diálogo e entendemos que as quotas para negros nas universidades são uma busca de justiça social”. A ministra salientou ainda que o momento é de afinar propostas.⁶ Contudo, a própria situação que levou à sua demissão do cargo de ministra demonstra que as coisas não são tão simples para o movimento negro, pois ele passa por um processo de institucionalização tamanho que ao invés de Matilde Ribeiro enquanto ministra, vinda das bases do movimento negro, denunciar que a condição em que o negro se encontra se mantém igual independente do grupo que ocupa o poder executivo, e reivindicar melhorias neste sentido, fica na defesa do governo. O curioso é que ela, num espaço curto de tempo, se viu atacada por todos os lados; é o caso, por exemplo, de uma entrevista polêmica em que a mesma defendeu que era natural a forma como o negro reagia ao branco diante da sua condição de discriminado; na verdade, não se tratava propriamente de um mal entendido, mas de uma colocação que precisaria de

⁴ Por exemplo, o MEC através de sua Assessoria de Comunicação Social,⁴ em 25/07/2003, informou que o Brasil e Estados Unidos começaram a trocar experiências sobre oportunidades de estudo e ascensão social. O então ministro da Educação, Cristóvam Buarque e a então ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial para Políticas de Igualdade Racial, receberam advogados e ativistas de direitos humanos norte-americanos integrantes do Affirmative Action Affinity Group (Grupo de Afinidade para Ações Afirmativas). Na oportunidade, o ministro Cristóvam Buarque, destacou que as cotas para negros na universidade beneficiam mais o país do que as pessoas: “o Brasil, mais do que os Estados Unidos, precisa aumentar o número de estudantes de origem negra nas universidades [...] Nos EUA, a população negra é minoria, ao contrário de nosso País. Aqui, somos meio-africanos e temos uma elite meio-européia.” Cristóvam Buarque lembrou que somente 115 anos depois da abolição, um negro, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, ocupou um cargo no Supremo Tribunal Federal. Cristóvam falou ainda do programa Bolsa-Escola, que beneficia cerca de dez milhões de crianças de 07 a 15 anos de todas as raças, embora a maioria seja negra. As famílias dessas crianças ganham entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00 por mês para mantê-las na escola. Admitiu, porém, que o Brasil é profundamente perverso na distribuição da Educação: “gasta-se US\$ 100 mil para custear um aluno vindo da classe média, em toda sua vida estudantil, e apenas US\$ 1,5 mil com o aluno pobre”.

⁵ Mais precisamente, em 25 de julho de 2003.

⁶ É claro que ela fez outras afirmações importantes, argumentando que a troca de experiências com os ativistas e advogados norte-americanos pode construir bons caminhos, apesar das diferenças entre os dois países.

melhor explicação e que, no mínimo deveria ser entendida dentro do contexto.⁷ O fato é que a ministra, com seu staff, não foi competente o suficiente para evitar o seu desgaste, afinal ser negro é difícil, e ela não demorou a cair.

O episódio que resultou em sua renúncia⁸ diz muito sobre isso, pois Matilde, demonstrou não ter sequer *status* de ministra nem capacidade de pelo menos preservar o seu cargo⁹.

Ora, o advogado John Payton,¹⁰ membro do movimento negro norte-americano, explicou que há 40 anos apenas 3% da população negra norte-americana tinha acesso às universidades, índice que hoje está em 16%. Tendo a Educação universitária como um portão de sucesso para a classe média, copiar os americanos, mais uma vez, não seria um problema: quem sabe não sejamos até mais eficientes que o original.

É irônico que um dos antropólogos que se contrapõe veementemente às cotas foi para a televisão dar entrevista sobre o BBB, no seu auge, quando a polêmica era exatamente a questão das minorias nos moldes bem americanos, do politicamente correto. Nesse período, um dos seus maiores protagonistas, um professor baiano, argumentava que estava sendo discriminado porque além de ser negro era homossexual. Ora, nesse momento ninguém se rebelou contra o discurso anti-racista, nem Roberto da Mata, nem mesmo Ali Akamel, o orientando de Maggui, jornalista e executivo da Globo.

⁷ Em Março de 2007, que chegou quase a sua destituição do cargo. Não utilizo isso para defender ou ser contra a ministra, mas cito o caso para expressar a recorrência da discussão sobre a qual me posicionarei mais adiante.

⁸ Matilde Ribeiro se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pedir seu desligamento do ministério depois de ser acusada de usar o cartão de crédito corporativo do governo indiscriminadamente, para compras não previstas em lei.

⁹ Não é coincidência que o presidente Lula ficou apático à situação, sem intervir a seu favor, como é de costume fazer em nome dos seus ministros, deixando a ministra da Casa Civil dar um desfecho à situação; mas, logo em seguida, ele entra em cena na indicação do sucessor de Matilde Ribeiro a favor das alianças eleitorais no Rio de Janeiro.

¹⁰ Segundo informação da Assessoria de Comunicação Social do MEC, em 25/07/2003.

De maneira que não seria muito exagero questionar porque o grupo que se contrapõe às cotas não o faz também em relação ao programa Big Brother Brasil – BBB, que é uma cópia da versão de um Realit Show dos Norte-americanos?

Vale perguntar: essa não é uma atitude hipócrita, que esconde uma preocupação que vai para além do fato de os negros entrarem na universidade pelas cotas, qual seja o perigo de que esses negros de começam a mostrar para que estão chegando, desautorizando os que lhes tratam como outro a falar sobre eles, pois a uma verdade sobre o racismo, ainda que seja uma interpretação, incomoda, haja vista a afirmação de Foucault, na sua máxima; o menor estágio de verdade é condicionado politicamente. Existe, portanto uma preocupação nada desprezível com aquilo que os negros, no seu movimento, produzem sobre ele: essa dizibilidade, esse saber que tem uma potencialidade, que não deve se fechar ao diálogo, se encerrando em si mesmo, mas que deve ser cortante, que deve desconcertar, arruinar. É trilhando por esse caminho que me permito pensar as ações afirmativas e o devir negro no mesmo movimento.

Portanto, a mim interessa discutir cotas não para ser a favor ou contra a cota ou qualquer outra ação afirmativa, senão para colocá-la enquanto um problema e não enquanto solução; mesmo porque nesse jogo de verdade é preciso experimentar fazer as cotas e entender que elas não têm e não devem ter a missão de resolver o problema da educação; devem funcionar no sentido inverso, ou seja, não de reformá-la, no sentido de consertá-la, devem antes arruiná-la.

Por outro lado, as experiências dos negros nas secretarias, as quais, inclusive, já tive oportunidade de criticar, juntamente com Luis Alberto, atualmente à Frente da Secretaria Estadual da Promoção da Igualdade (SEPROMI), são apenas mais uma forma de guetizar o problema negro. É tratá-lo como uma questão isolada, mesmo quando deveria tratá-lo enquanto uma política de governo, até porque as experiências, inclusive

a de Salvador, não alteraram a sua situação, ou seja, continua o massacre que tem gerado uma série de protestos do movimento negro em Salvador.

Um fato bastante ilustrativo de como o racismo no Brasil, por mais que seja negado, escondido acaba se manifestando, sobretudo em situações de confinamento ou de intimidade. Vale registrar que, no dia 26 de fevereiro de 2008, foi eliminado no Big Brother 8, o único candidato negro de nome Felipe, lembrando que essa versão foi a primeira em que os candidatos eram somente escolhidos sem sorteio. Quanto ao candidato negro, ele ficou todo o tempo se fazendo de bom moço e, às vésperas da sua eliminação, chegaram a comentar que ele estava isolado e, que não tinha amigos por ser negro.

Com efeito, diferente da versão que o professor Jean Willis venceu, desabafando que estava sendo discriminado por ser negro e homossexual, mostrando também formas inusitadas de combate ao racismo, um discurso que denuncia e resiste, ainda que em um outro tipo de confinamento, o do Big Brother da Globo, em que os participantes se inscrevem no sonho de conquistar fama e dinheiro.

Ou seja, o racismo no Brasil tem suas semelhanças com o norte-americano e, por vezes, é necessário ser negro antes mesmo de ser homem. Mas, na verdade, a despeito dessas semelhanças, o racismo no Brasil não de fácil definição.

Há um livro que contribui bastante para entender a peculiaridade do racismo no Brasil, embora esse não seja o foco principal de seu estudo¹¹. Ele se propõe a discutir a seguinte questão: como a ciência e o poder podem se aliar e criar políticas preconceituosas, por vezes genocidas, que sob o discurso da diferença biológica separam sociedades em classes sociais e confinam os diferentes – considerados doentes por esses ‘cientistas’ – em guetos, sanatórios prisões e campos de trabalho forçado?

¹¹ DIWAN. Pietra. Raça Pura; uma história de eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo Contexto, 2007.

O livro em questão traz uma grande contribuição para compreender o racismo brasileiro, discutindo uma coisa tão cara para a sociedade: a eugenia, sobretudo a brasileira, na qual tal fenômeno foi banido da memória nacional, escondendo a responsabilidade de muitos intelectuais que protagonizaram essa manifestação cruel de racismo, juntamente com aquele que ficou como arauto desse movimento, Renato Kehl.

A autora levanta uma série de questões muito interessantes para o nosso estudo, tais como: como um país tão miscigenado pode investir na eugenia, uma idéia que paradoxalmente vai de encontro à formação racial do Brasil? Não satisfeita com tamanha inquietação, faz outra pergunta: para os eugenistas, que lugar caberia aos nativos indígenas, aos negros e aos mestiços que contribuíram durante quatrocentos anos para a formação histórica do Brasil? Trata-se de discutir, portanto, o paradoxo brasileiro da eugenia, fenômeno no qual a intelectualidade brasileira se embriagou com as idéias racistas da Europa, a despeito dos malefícios que elas trouxeram para o mundo. A eugenia não foi só um campo de saber, mas um objetivo a ser seguido. A atuação da elite em prol da eugenização do Brasil se deu através de relações não só institucionais como pessoais e a profilaxia se passou muito por casamentos entre amigos e parentes.

Além do mais, a eugenia teve aqui uma permanência longa, só caindo no esquecimento após 40 anos de debate, considerando que, mundialmente falando, apenas com a deflagração da Segunda Guerra e a divulgação dos métodos de esterilização de limpeza social pelos nazistas, a eugenia se tornou sinônimo de ciência a serviço da intolerância e de violência contra a humanidade (DIWAN, 2007).

Segundo a autora de *Raça Pura*, é indiscutível que a eugenia tenha em Renato Kehl uma atuação definitiva, mas é possível dizer que muito antes dele o racismo e as teorias degeneracionistas já faziam sucesso entre os intelectuais e médicos brasileiros.

Essas teorias foram trazidas ao país pelas viagens dos filhos da elite republicana à Europa e pelas expedições científicas que vieram ao Brasil, das quais participavam cientistas, antropólogos e intelectuais europeus. Tais teorias justificavam a impossibilidade de progresso do Brasil, dos países tropicais e da África, dada a tamanha promiscuidade racial de seus povos (DIWAN, 2007, p. 88).

Na verdade ela vai ao encontro da afirmação feita acima porque existe um enigma quando se fala em eugenia e, por mais que Renato Kehl tenha sido a expressão desse movimento, ele não estava só nisso, reforçando o quanto é curioso como eles conseguiram esconder suas idéias. Aliás, a elite brasileira sempre foi criativa em se ocultar por meio de máscaras, ela criou e muitas vezes até acreditou na argumentação de que as relações raciais no Brasil são harmônicas.

Para fechar essa discussão sobre eugenia, a autora mostra que foi um fenômeno que se manifestou em quase todo o mundo e aqui, na América Latina, não se resumiu só ao Brasil, consistindo em uma forma de esse continente afirmar suas identidades nacionais: “na América latina, o desejo de transformação racial esteve diretamente ligado á formação das identidades nacionais. Os Cientistas estereotiparam negativamente os países da América Latina, por não serem nações consolidadas e com identidade definida” (DIWAN, 2007, p. 76).

Para os europeus, a Argentina significava “o melhor do pior da Europa” (DIWAN, 2007, p. 76) e em que pese a pressão contra através da igreja católica, “além do Brasil, único de colonização portuguesa, Argentina, Cuba, México, Uruguai, Panamá, Porto Rico e Peru foram alguns dos países que buscaram institucionalizar a eugenia através biólogos atuantes e engajados” (DIWAN, 2007, p. 77). Contudo, é preciso considerar as particularidades de cada país para a manifestação desse fenômeno: como a autora assinala, se há algo em comum entre esses países na implementação da

eugenia, diz respeito como a autora assinala, ao asseio pela formação de uma identidade nacional (DIWAN, 2007).

No Brasil, a trajetória do movimento eugenista tem semelhanças com outros da América Latina, bem como particularidades pouco conhecidas. Foi um investimento “na idéia de pureza racial do povo brasileiro através do controle sobre o corpo de cada indivíduo visto como responsável pela formação da nacionalidade” (DIWAN, 2007, p. 85).

A eugenia, como o próprio termo indica, implicou numa série de medidas, como esterilização, proibição de casamentos, a fim de evitar a mistura com os impuros, consideradas uma degeneração da raça; não satisfeitos, os eugenistas se preocupavam com a defesa da raça, eliminando, segundo eles, “os vícios sociais”. Para tanto, era preciso controlar a imigração e os casamentos, regular os métodos educacionais” (DIWAN, 2007, p. 104).

Enfim, Pietra Diwan além de dar sua contribuição para o estudo de um fenômeno importante como a eugenia, ajuda a compreender como a intelectualidade brasileira introjeta e elabora os ideais racialistas preconceituosos advindas da Europa. Tais idéias, de certa forma, resultaram na produção de uma realidade imagética discursiva da violência contra o outro, racismo cujas manifestação são diversas.

Mito, democracia e racialismo

Não se pode definir racismo no Brasil sem se discutir temas como democracia racial e a idéia de mito, apropriada para fazer frente ao argumento de que no Brasil existe harmonia entre os diferentes grupos étnicos.

O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (2002) faz uma combinação entre seus estudos anteriores sobre classes com aquilo que ele tem se debruçado mais recentemente

– as relações raciais – retomando a questão, não apenas reafirmando a necessidade de utilização do termo raça, mas refletindo sobre as críticas feitas a ele a partir da seguinte indagação: quando os anti-racistas negros podem prescindir da utilização da noção de “raça”, já que essa os unifica?

Redefinindo a democracia racial, Guimarães toma de empréstimo as formulações de outros autores, como Florestan Fernandes, para quem a democracia racial consistia num cínico instrumento de manutenção de desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros (GUIMARÃES, 2002), o que não coincidia com o que postulava o próprio movimento negro.

Tal demarcação consistiu e foi apropriada por Guimarães como o primeiro significado da propalada democracia racial, pela qual se encobriam silenciando a permanência do preconceito de cor a discriminação racial.. É desse modo que a maioria dos intelectuais negros brasileiros a entende e faz a denúncia de sua crueldade como o próprio autor, para quem o movimento negro foi um dos agentes responsáveis para o fortalecimento da noção de “democracia Racial”. uma vez que a disseminação e aceitação política da expressão “democracia racial” fora feita pelo movimento negro e essa expressão teria sido usada constantemente por esse movimento nos anos 1950. O exemplo disso, segundo Antonio Sérgio Guimarães (2002), em que em sua fala inaugural, no 1º Congresso do Negro Brasileiro, afirmava, em agosto de 1950, foi Abdias Nascimento (1950, *apud* 2002):

Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada doutrina da democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa conforme é o nosso.

Sobre esse pronunciamento, não posso deixar de destacar que Antonio Sérgio coloca a fala de Abdias Nascimento no Congresso como sendo a favor da democracia racial, dando um peso muito grande ao discurso como responsável pela disseminação de um fenômeno que deveria ser tratado com mais cuidado, pois não havia nenhuma pesquisa que fundamentasse a sua afirmação, envolvendo uma liderança não só importante como polêmica. Ademais, Guimarães deveria ter explicado melhor o contexto do pronunciamento e a história dessa liderança, que atravessou o século XX até o XXI. Foi membro da Frente Negra Brasileira, expulso do exército, enfrentou o Estado Novo e a ditadura, sendo preso no primeiro e exilado no segundo¹².

Mas as contribuições de Guimarães também não podem ser reduzidas a tal crítica, muito pelo contrário. Além das formulações já elencadas neste trabalho, Guimarães (2002) se propõe a fazer uma cronologia da cunhagem do termo democracia racial no Brasil, argumentando que o mesmo foi utilizado pela primeira vez por Roger Bastide, em um artigo publicado no Diário de São Paulo, em 31 de março de 1944, no qual se refere a uma das visitas de Freyre. Pelo que está exposto, Guimarães não estava seguro se Bastide o teria cunhado ou ouvido de Freyre, uma vez que o termo era uma tradução livre das idéias de Freyre sobre a democracia brasileira e em suas conferências na Universidade da Bahia e de Indiana, em 1943 e 1944. Nelas, Roger Bastide omite o sentido ‘ibérico’, restrito, que Freyre atribuía à expressão ‘democracia social étnica’, realçando-lhe o caráter universalista de ‘contribuição brasileira’ à humanidade’.

Assim, transposta para o universo individualista ocidental, segundo Guimarães, a ‘democracia racial’ tomou novo fôlego, fazendo que, com o tempo, ganhasse

¹² Não é coincidência que Abdias foi usado pela direita e esquerda desse país e rechaçado por ambos por defender interesses dos negros. Não se pode negar que teve ligações com o integralismo; contudo, isso tem que ser contextualizado assim outras ações suas na luta contra o racismo. Abdias fundou o TEM e o Comitê Afro- Brasileiro, lutou para aprovação das leis Afonso Arinos e a lei Cão, foi parceiro da luta internacional contra o racismo, participou do movimento pan-africanista ao lado de grandes líderes dos movimento Panteras Negras contra o apartaid, entre outros, tendo publicado uma infinidades de livros e artigos, etc, enfim, teve uma história de vida que não convém ser analisada por discurso isolado.

conotação de ideal de igualdade e de respeito aos direitos civis. Mas só depois, em 1964, a 'democracia racial' voltou a significar, apenas e exclusivamente, mestiçagem e mistura étnico-cultural¹³.

A democracia racial, segundo Guimarães – cunhada originalmente, em plena ditadura varguista, para nos inserir no mundo dos valores universais – precisa ser substituída por uma *democracia* que inclua a todos sem menção a raças, já que estas estão carregadas de negatividade. Seria melhor, segundo ele, que as apagássemos do nosso ideal de convivência, reservando-as apenas para denunciar o racismo (GUIMARÃES, 2002).

As contribuições desse autor são indispensáveis para discutir o racismo, sobretudo no tocante ao tema da raça enquanto construto da democracia racial no Brasil. Entretanto, prefiro partir de um precursor da crítica à raça, cujo trabalho de psiquiatria avançada se confronta com o racismo, defendendo uma perspectiva radical, que não aceita a existência de um país, de uma pessoa mais ou meio racista; trata-se de Frantz Fanon¹⁴. Segundo ele, toda vez que eu não me oponho a um crime racista, eu sou criminoso e mais, diz ele, o racista cria o inferiorizado, Com essa afirmação aproxima-se de Sartre quando postula “o judeu é um homem que os outros homens consideram judeu; eis uma simples verdade que deve ser ponto de partida [...]É o anti-semita que faz o judeu” (FANON, 1983, p. 78).

Entre a afirmação segundo a qual “o racismo colonial não difere de outros racismos, ele critica os que defendem que o colonialismo bem como o racismo da França é “menos ruim,” como alguns costumam defender no Brasil.

¹³ Segundo Guimarães(2002), democracia racial tornou-se, assim, para a militância negra e para intelectuais como Florestan Fernandes, a senha do racismo à brasileira, um mito racial e, só mais recentemente, para um grupo de intelectuais, composto na sua maioria, por antropólogos, o mito transforma em chave interpretativa da cultura.

¹⁴ Em *Pele Negra, Máscaras Branca*, 1983.

Embora eu não opere com essa noção de humanismo, o seu tem um ponto alto, segundo o qual:

O anti semitismo me atinge na carne, eu me emociono, uma terrível oposição me enfraquece, negam-me a possibilidade de ser um homem. Não posso deixar de ser solidário com o destino reservado a meu irmão. Cada ato meu compromete o homem. Cada uma das minhas reticências, cada uma das minhas covardias revela o homem (FANON, 1983, p. 75).

Não é como ele encararia hoje o que os judeus fazem com os palestinos, mas, sem dúvida, trata de um humanismo radical, seletivo e ético.

Voltando às formulações de Antonio Sérgio, as quais respeito, mas não compartilho integralmente, por não utilizar mais o termo raça nem mesmo como um construto, mesmo entendendo como uma noção com existência incorporal, pois entendo que, assim como na defesa de que a democracia racial é um mito, é preciso criar uma outra lógica nesta discussão.

Ora, se não existe uma democracia racial no Brasil, no que eu concordo, atribuir-lhe o caráter de mito é um equívoco, por duas razões. Primeiro porque não vejo motivo suficiente para não colocar como uma bandeira do movimento a democracia racial.

Em segundo lugar, não é fácil combater a idéia de mito da maneira que é operada em relação à democracia racial, não só a forma como é utilizada pelo movimento negro, assim como por aqueles que fazem parte do grupo que a ele se opõe, o qual denominei de anti-movimento. O subtítulo deste parágrafo aponta para um tripé do dilema da luta anti-racista – mito, democracia e racismo –, que tem como pano de fundo a corporalidade da raça.

É preciso estabelecer como diferencial nesta discussão que sou contra a noção de mito utilizada para contrapor à idéia de que aqui no Brasil existe democracia racial. O que é o mito¹⁵?

É bom lembrar uma passagem do primeiro capítulo, em que Guattari destaca o quanto é curioso como as pessoas descobrem que fazem mito justamente quando vêm lhes tomar a produção para expô-la em museus ou vendê-la no mercado de arte ou inseri-la nas teorias antropológicas científicas em circulação; pois, de acordo com esse autor, no que eu concordo, as pessoas não fazem nem cultura nem dança, nem música: todas essas dimensões são inteiramente articuladas umas às outras num processo de expressão, e também articuladas com sua maneira de produzir bens, com sua maneira de produzir relações sociais.

Quanto ao mito, eu vou mais longe e concordo com a idéia de Mircea Eliade, segundo a qual o mito é um modelo exemplar, tal como era compreendido pelas sociedades arcaicas, uma história verdadeira e, ademais, “extremamente preciosa no seu caráter sagrado, exemplar e significativo e não na sua acepção usual, em que a palavra é empregada no sentido de ilusão ou ficção, ou ainda invenção¹⁶.”

Segundo o autor acima citado, com o qual concordo, só há duas alternativas: se esforçar por negar, minimizar ou esquecer tais excessos, considerando-os casos isolados de ‘selvageria’, destinados ao total desaparecimento depois que as tribos estiverem ‘civilizadas’ ou fazer o necessário esforço para compreender os antecedentes míticos

¹⁵ Em grego, tanto mito quanto logos significam palavra, contudo no século V a.C., esses termos tomam conotações próprias e se especializam. Mito, no caso, passa assumir o sentido de *palavra narrativa, que se relaciona com as tradições épicas, enquanto logos passa a identificar um discurso argumentativo ou um enunciado filosófico*. (RODRIGUES, 2004, p. 82).

¹⁶ Segundo Eliade, os gregos foram despojando gradativamente o mito do valor religioso e metafísico, em contraposição com o logos, de maneira que posteriormente a história do mito passou a denotar tudo que não era verdadeiro. O judeu-cristianismo por sua vez relegou a ilusão ou falsidade tudo que não fosse justificado ou validado por um dos dois testamentos (2004:8)

que explicam e justificam tais excessos, conferindo-lhes um valor religioso (ELIADE, 2004, p. 8).

Com efeito, opto pela segunda alternativa que pretende estudar os mitos não só como verdadeiros, mas como vivos, no sentido de que oferece os modelos para conduta humana capaz de conferir significação e valor existencial. Trata-se de uma concepção segundo a qual deve-se compreender a estrutura e função dos mitos nas sociedades arcaicas ou tradicionais: “não significa apenas elucidar uma etapa da história do pensamento humano, mas compreender melhor uma categoria nos nossos contemporâneos” (ELIADE, 2004, p. 8).

Enfim, concordo que os mitos têm a vantagem de nos ajudar a colocar problemas no sentido de situar o contexto sócio-religioso original. Nesse sentido, minha preocupação se afina inteiramente com a dele:

A definição que a mim, pessoalmente, me parece a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’. Em outros termos, o mito narra como, graças as façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma ‘criação’: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. Rasgando o pano do racismo e traçando novos caminhos para pensá-lo como um fenômeno transnacional (ELIADE, 2004, p. 8).

Dessa maneira, tomar o mito como uma falsidade não permite que se aborde o problema da democracia racial de maneira eficaz; pelo contrário, essa é maneira de ser conivente com os que defendem que no Brasil existe uma democracia racial; ademais, retira do mito o que tem de mais precioso, o seu caráter de verdade. Assim, opto por

uma outra estratégia de combate ao racismo, por uma outra concepção saber e de verdade, por uma outra produção de sentido que concebe o mito, ao invés de combatê-lo.

E por falar em dificuldade quanto às definições de racismo, uma vez já definida a questão da apropriação do mito em relação à democracia racial, remeto-me a um autor que elabora uma crítica dura aos estudos raciais no Brasil. Refiro-me a Sérgio Costa, em *Dois Atlânticos* (2006), ao destacar como a questão do anti-racismo e do racismo é polarizada no Brasil. Segundo o autor, de um lado, os estudos raciais vêm uma correlação direta entre o racismo e a consciência política por parte dos negros brasileiros, ou seja: “*que se os negros brasileiros assumissem sua identidade racial, o racismo e os racistas seriam derrotados*”. Do outro lado, os que criticam a perspectiva acima, alegando que o Brasil, diferente dos Estados Unidos, desenvolveu uma cultura integradora, da qual os negros e seu patrimônio cultural são partes constitutivas. Para essa perspectiva, “*ter-se-iam constituído no Brasil modelos identitários, que não podem ser reduzidos ao par de opostos negro branco impondo-se a busca de fórmulas próprias para combater o racismo que reflitam a diversidade brasileira*” (COSTA, 2006, p 13).

São muitos os desdobramentos dessas posições citadas por Costa, sobretudo a última que, na maioria dos casos, se apóia numa idéia que custa a aceitar a crueldade do racismo vigente no Brasil, já que, historicamente, as relações entre brancos e negros tiveram na mestiçagem um fator diferencial. Ele afirma que tanto os defensores dos estudos raciais como os seus críticos parecem não levar em consideração um elemento fundamental que ele chama de natureza transnacional. Na verdade, essa perspectiva é muito utilizada pelos pós-colonialistas, que tratam os negros na diáspora ou no Atlântico negro. É evidente que eu não estou amarrado a nenhuma destas perspectivas, incluindo aí o próprio Costa, para quem é possível construir uma espécie de saída

conceitual entre os pós-coloniais e os estudiosos cosmopolitas de Jürgen Habermas, Anthony Giddens e Ulrich Beck.

O esforço de Costa tenta dar conta do racismo no Brasil, procurando situá-lo nesse emaranhado de interesses; essa guerra entre as raças, por outro meio, é o campo de estudo sobre o racismo. Todavia, é flagrante que ele, além de cometer generalizações¹⁷, tende mais para os pós-colonialistas que operam no campo da diáspora e do Atlântico Negro. Refiro-me a generalizações que dizem respeito não só à falta de pesquisa, que comprove suas afirmações sobre os diferentes campos que analisam o racismo e que fundamentam as características ou peculiaridades do racismo brasileiro; afirmações que, mesmo com anos de estudos e observações, não me sinto suficientemente confortável para fazer.

Costa se propõe a analisar o racismo e os estudos sobre o mesmo no Brasil do lugar que ele chama de entremeio entre o Atlântico Norte e o Atlântico Negro, como ele diz:

Os discursos sobre o Atlântico negro e o Atlântico Norte condensam, metaforicamente, muitos dos dilemas vividos tanto pelo cosmopolitismo político quanto pelas tentativas de construir uma ciência pós-nacional. O projeto cosmopolita, na metáfora do Atlântico Norte, reproduz a imagem de uma sociedade mundial monocêntrica, mas que culmina, em seu dever ser, com a universalização das ‘conquistas modernas’. Essa é a perspectiva adotada tanto por J. Habermas, quanto por Anthony Giddens e Ulrich Beck. O Atlântico Negro, por sua vez, põe em evidência a tensão entre as idéias universalistas e a história moderna efetivamente conhecida, inseparável do colonialismo e da escravidão (COSTA, 2006, p. 17).

¹⁷ “ A ambas as correntes faltam categorias que descrevam a mediação cultural e política entre fóruns transacionais e os contextos nacional e local”(Costa, 2006:13)

Para o autor acima, de algum modo, as ciências sociais contemporâneas encontram-se imbuídas no objetivo, segundo ele, irrealizável, de construir a unidade entre esses dois Atlânticos, ou seja, reconsiderar as muitas experiências modernas, fragmentadas, particulares e diversas, e mostra como os estudos pós-coloniais partem de Said para afirmar que a polarização oriente-ocidente está na base do conhecimento científico.

Não concordo com seu diagnóstico de que o problema dos estudos raciais no Brasil está em negligenciar o racismo enquanto um fenômeno transnacional; ao contrário, faltam teses com base empírica suficiente para dar conta sua peculiaridade, esforço pelo qual não abro mão se não chegar a conclusões definitivas, pelo menos continuarei apontando na direção as pesquisas sobre o MNU e o Ilê Aiyê, me possibilite, analisando e dando voz aos seus discursos e práticas, pois não dá para enfrentar essa questão de maneira simplista; naquilo que essas entidades se propuseram a questionar a discriminação contra os negros, dentro das condições que lhes foram impostas, eles conseguiram construir novos valores frente ao discurso de que a Bahia vivia numa democracia racial:

Então, acho que a grande força do Ilê, a grande diferença é no continuar a dirigir e a ser dirigido por negros e com a participação efetiva do povo negro; então, o que nós queremos realmente é mostrar à opinião pública, através do Ilê Aiyê, que aqui na Bahia, a participação do negro, principalmente no carnaval, é muito pouca. Tinha alguns ainda, mas tocando, segurando corda, carregando alegoria... Então, nós quisemos mostrar uma participação do negro com mais força, mais destacada; por isso, fizemos um bloco com cores bonitas, com cores vivas, apesar de ter muitas dificuldades, e mostrar que esse negócio que na Liberdade, por exemplo, sempre se ouviu afirmar frases como: tudo que sobe desce, que na Liberdade nada vai para frente, que nós negões éramos incompetentes. Assim

nós viemos para o Carnaval, para mostrar que o negro é poder, que também podia se organizar. Mostramos que o negro sabe dirigir, sabe fazer a coisa bem feita. Essa é a nossa filosofia. É a partir daí que começamos a usar o nosso poder, o nosso cabelo black, cabelo rastafari, começamos a utilizar a comunicação com as negras para não espichar o cabelo. Atentamos para um novo modo de vestir, o modo de se vestir do Ilê Aiyê. Começamos a utilizar cores fortes, a utilizar o vermelho, que é uma cor condenada. O próprio Festival de Música do Ilê, tudo isso é uma contribuição para o negro e para a Bahia. E você vê que hoje tem dois grupos na Bahia: tem um que produz, que somos nós, e tem outro que explora a questão cultural e nós estamos brigando hoje para poder produzir e administrar. Por que hoje você vê: antigamente, o ensaio do bloco era só marginal, hoje todo mundo quer sair no bloco, é festival de música, dançarinas no show, cantor, cantora no show, tudo isso que ninguém fazia aqui na Bahia. Partindo dos blocos afro, a partir do Ilê Aiyê se colocou dançarino, penteado afro, lojas, nossa estética afro, as cores do nosso bloco, tudo isso, mas a grande contribuição a comunidade negra, dada pelo Ilê Aiyê, tudo isso foi conseguido através da música, especialmente a grande massa não estava preparada para participar de atividades como seminários, como palestras (Antônio Carlos Santos Vovô).

De maneira que, com inspiração na letra da música feita por Chico Buarque em parceria com Gilberto Gil, uma palavra diz muito na caminhada dessa luta anti-racista “Cale-se”. É que existe um certo incômodo em assumir que nosso país é racista e, correspondente a isso, uma movimentação militante no Brasil contra o movimento negro para o qual eu investigo a hipótese de que essa é mais uma modalidade de racialismo mais próxima do racismo do que o contrário; trata-se de uma tentativa de fazer, sobretudo calar o movimento negro e colocá-lo como um mero objeto de alguns intelectuais que se sentem donos da problemática social no Brasil, especialmente das relações raciais.

Como os compositores da música mencionada disseram para a ditadura, anuncio como um imperativo para o anti-racismo: “*afasta de mim este cale-se / de vinho tinto de sangue.*”¹⁸

Por outro lado, a letra me toca não só na sua mensagem de protesto como coloquei anteriormente, ela chama-me atenção para a criação artística e o talento desses gênios da música brasileira que, como outro, Milton Nascimento, para desenvolverem as suas capacidades, precisaram de condições e oportunidades. Ou seja, independente da cor, deles um foi adotado por uma família de condições e o outro foi neto de Sérgio Buarque de Holanda e outro foi filho de um médico importante em Vitória da Conquista, na Bahia: todos tiveram oportunidades e Estes exemplos servem para refletir sobre a ineficácia do mérito: há muitos negros como Chico e Gil na poesia, há muitos brancos com a capacidade para interpretar de Milton, provavelmente nós só conheceremos aqueles que se destacaram porque tiveram oportunidades.

Não é coincidência que os negros proporcionalmente têm menos oportunidades que os brancos, tampouco se trata de uma novidade; a questão é que quando se fala de racismo no Brasil existe um “CALE-SE” bem grande a enfrentar para o qual eu pergunto: será que isso não corresponde a mais uma forma de racismo cometido contra os negros?

É buscando responder a esta questão que no próximo capítulo inicio a segunda parte da tese onde parto dos discursos e das práticas propriamente ditas do movimento negro, buscando compreender os sentidos e os *não-sentidos* dessas ações dos sujeitos que sentem no corpo a violência do racismo, onde resistir implica em criar, conectar e pode levar a captura e, ao mesmo tempo bater de frente com o código dominante, através de alianças como a que se faz com o movimento das mulheres, do MST, dos

¹⁸ Extraídos da letra da música Cálice, de autoria de Gilberto Gil e Chico Buarque, no endereço eletrônico <http://letras.terra.com.br/chicobuarque>.

homossexuais, enfim, com os devires minoritários, ainda que seja uma produção com o
inexistente, com a idéia, com a literatura.

Prof. Doutor Francisco Carlos Cardoso da Silva, UESB, agosto de 2011

ADESKY, Jacques d'. Racismo e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA, set. 1999.) nº 33, p. 71-86

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC,1990.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e Outras artes.2ªed.- Recife:FJN, ed. Massangana;São Paulo: Cortês,2001.

_____. Vidas por um fio, vidas entrelaçadas rasgando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado das trajetórias culturais. Uberlândia, nº 8, jan./jun. 1993. (História & Perspectivas). p. 87-95

_____. Mennocchio e Rivière: “Criminosos da palavra, poetas do silêncio”. In: Revista Regaste - UNICAMP, Campinas- SP, nº 2, mês (2) 1991.

_____. Experiência: uma fissura no silêncio. Universidade Federal da Paraíba:1998. (mimeo).

_____. Breve, lento, mas compensador: a construção do sujeito nordestino no discurso socio-antropológico e biotipológico da década de trinta. Comunicação apresentada no GT:Sujeito, Indivíduo, Pessoa do VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/ Nordeste,.: 1997. Salvador, Afro-Ásia, CEAO/ EDUFBA, nº 19/20:1997.

APPIAH, Kwame Anthony. “Racisms”. In: GOLDBERG, David Theo. Anatomy of racism. Universit of Minnesota Press, 1990. p 3-17.

_____.In my father’s house: Africa in the philosophy of culture. New York, Oxfor University Press, 1992.

ARAÚJO, Maria do Carmo. Festa e resistência negra: o carnaval no contexto dos blocos afro Ilê Aiyê e Olodum em Salvador - Ba. Paraíba, UFPB, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

AGIER, Michel. “As mães pretas do Ilê Aiyê: Nota sobre o espaço mediano da Cultura”. Salvador, Afro-Ásia, CEAO/ EDUFBA, nº 18, ,1998. p 53-81

ARGIER, Michel. Espaço urbano, família e status social; o novo operariado baiano nos seus bairros. Salvador, Caderno CRH, 1990.

ARGIER, Michel. Notes sur lês relations raciales et sociales à Bahia. Salvador, ORSTROM/CRH, UFBA, 1988.

AURÉLIO, M. A. de Figueiras Gomes. Pelo Pelô: história cultura e cidade. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, UFBA, 1995. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)

AZEVEDO, Thales. As Elites de Cor Numa Cidade Brasileira: Um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio. 2ªed.Salvador:EDUFBA:EGBA.1996.

_____. Democracia racial: ideologia e realidade. Petrópolis, Vozes, 1975.

_____. Povoamento da Cidade de Salvador.Editora Itapuã-Coleção Baiana, 3ª.edição: 1969.

BACELAR, Jefferson. Etnicidade.Ser negro em Salvador. Salvador. Ianamá; PENBA, 1989.

BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: perspectiva afro- americana sobre a política racial no Brasil. Salvador, Afro-Ásia, 17, CEAO/ EDUFBA, 1998.

_____. “Lembrando Lélia Gonzalez (1935 a 1994)”. In: Afro-Ásia, 23, Salvador, CEAO/ EDUFBA, 2000.

BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia: rito nagô. 2ª edição, São Paulo: Ed. Nacional - Brasília, INL/ Brasiliana :1978. v.313.

BERNARDO. Terezinha & CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos. A Subjetividade do Protesto Negro: Identidade, racismo, cultura e política. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha & ALVES, Ana Elizabeth Santos & CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Orgs. Lugares e Sujeitos da Pesquisa em História, Educação e Cultura. São Carlos: Pedro & João editores, 2006.

BERNARDO. Terezinha. (prefácio) In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos & MAGALHÃES, Livia Diana Rocha Memórias e Trajetórias de Pesquisa. Campo Grande: ed Uniderp, 2005.

_____. Negras, Mulheres e Mães: Lembranças de Olga de Alaketu. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro:Pallas, 2003.

BERND, Zilá. A questão da negritude. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo (Clássicos; 4), 1996.

CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos. A especificidade do movimento negro no Brasil. Feira de Santana, ADANDÉ, ano 1,nº 1, abril de 1999.

_____. A Subjetividade, Desconstrução e Construção de Identidade: análise das velhas e novas roupagens do racismo no Brasil. <http://www.espacoacademico>. Revista Espaço acadêmico, 2006.

_____. (Des)construção de identidade Étnico-racial em Salvador: MNU e Ilê Aiyê no combate ao racismo. Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFPB. Campina Grande: 2001.

CARVALHO, Maria Rosário de. Identidade étnica, mobilização política e cidadania. Salvador, UFBA/EGBA, 1989.

CASTRO, Nadya Araujo et alii. Imagens e identidades do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1995.

CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão. São Paulo: Perspectiva, 1988.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Campinas/ S. P.: Papirus,1995.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 3ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Sérgio. Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo.B.H: ed UFMG, 2006.

DA MATA, Roberto. Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DIWAN, Pietra. Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.São Paulo: Contexto, 2007.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- DURKHEIM, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, Coleção Tópicos, 1996.
- DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 8ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5ª edição. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1979. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau ed., 1996.
- _____. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. Vigiar e Punir; A história da violência nas prisões. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1995. (2v).
- _____. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. São Paulo: Revista da USP. n.28, Dez-jan-fev., 1995-6.
- FRY, Peter. (et alii). Negros e brancos no carnaval da Velha República. In: REIS, J. José, (org.). Escravidão e Invenção da Liberdade, Estudo Sobre o Negro no Brasil. SP: Brasiliense, 1988.
- FREYRE, Gilberto. Casa - Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. Recife: (CEPE) Companhia Editora de Pernambuco, 1970. (2º Tomo).
- FRANCISCATO, Cristina Rodrigues. A sedução do mito. In: Revista THOT, n.28, abril/2004.
- GENOVESE, Eugene D. A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GODI, Antônio Jorge V. Dos Santos. “Música afro-carnavalesca: das multidões para o sucesso das massas elétricas”. In: SANSONE, Lívio & SANTOS, Jocélio Teles (orgs.). Ritmos em trânsito: sócio- Antropologia da música baiana. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador, BA: Programa A Cor Da Bahia e Projeto S.A.M.B.A, 1997.
- GONZALEZ, Lélia & HAZENBAL, Carlos. O lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GUATTARI, Felix & DELEUZE, Gilles. Mil Platôs; Capitalismo e esquizofrenia: tratado de nomadologia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, V.5. (Máquina de Guerra).

GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. Cartografia do desejo. 4ª edição. Petrópolis/ R. J.: Vozes, 1996.

GUERREIRO, Goli. Um mapa preto e branco da música da Bahia: territorialização e mestiçagem no meio musical de Salvador (1987/1997) In SANSONE, Lívio & SANTOS, Jocélio Teles (orgs.). Ritmos em trânsito: sócio-anthropologia da música baiana. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador, BA: Programa A Cor Da Bahia e Projeto S.A.M.B.A, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Alfredo Sérgio. Racismo e grupos de cor no Brasil. Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) (27):, Abril, 1995. 45-63.

_____, Antônio Alfredo Sérgio. “As Elites de Cor e os Estudos das Relações Raciais”. In: Tempo Social; Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 8(2): outubro, 1996. 67-82.

_____, Antônio Alfredo Sérgio. “Cor, Classe e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940/1960”. In MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) “Raça, ciência e sociedade”. Rio de Janeiro, Fiocruz:1996.

_____, Antônio Alfredo Sérgio. Políticas públicas para a ascensão dos negros: argumentando pela ação afirmativa. Salvador, Afro-Ásia,18, CEAO/ EDUFBA:1998.

_____, Antônio Alfredo Sérgio. Preconceito e discriminação: queixas e ofensas de tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: publicação do Programa a Cor da Bahia. (Mestrado em Sociologia) - Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. n.3(1997),- Salvador; Novos Toques,1998

GUINSBURG, J. Raça e ciência. Perspectiva. S.P., 1960 v. I e II

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HANCHARD, Michel. Orpheus and power:the moviment negro of Rio de Janeiro and São Paulo. Brazil, 1945-1988. Princeton, New Jersey: Princeton Universite Press,1994.

HANCHARD, Michel. “Americanos”, brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry”. São Paulo: Revista da USP, n.71, set-out-nov,1996.

_____, Michel. “Cinderela negra: raça e esfera pública no Brasil”. Rio de Janeiro: Revista Estudos Afro-Asiáticos, n.30, 1996.

_____, Michel. “Resposta a Luiza Bairros”. Salvador, Afro-Ásia,18, CEAO/ EDUFBA:1998

HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis:Vozes,1992.

HIPÓLITO, Rita de Cássia. Além Daquele Carnaval. Dissertação de Mestrado em Sociologia USP, São Paulo: 2005.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. Impressões de viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970. São Paulo: Brasiliense, 1980.

IANNI, Otávio. “A Racialização do Mundo”. In: Tempo Social; Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 8(1), , Maio, 1996. 1-23.

JONES, James E. "The Rise and Fall of affirmative Action", in Herbert Hill and James Jones (orgs.). Race in America the struggle for equality. Madison, The University of Wisconsin Press, 1993. LYOTARD, Jean- François. O pós-moderno. 4ª edição. Rio Janeiro: José Olympio, 1993.

LOPES, A.M.& ARNAUT, L. História da África: Uma introdução. Belo Horizonte, ed Crisálida:2005.

KI-ZERBO, J. Para quando África?:entrevista com René de Holesnstein, Rio de Janeiro, Pallas: 2006.

KUPER, Adam. Cultura, a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MACRAE, Edward. A Construção da igualdade; identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas, SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas: 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise de discurso. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

MAIO, Marcos Chor. A história do projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1997. (Tese de Doutorado).

MALERBA, Jurandir. Os brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no império do Brasil. Maringá, EDUEM, 1994.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Editora Estampa, 1976.

_____. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1986.(Coleção Os Economistas).

MGNOLO, W.D. Histórias Locais/Projetos Globais : colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte, ed UFMG, 2003.

MONTEIRO, Tânia Penido. Etnotextos: Uma opção de pesquisa com fontes orais. Salvador, Revista FAEEBA, nº3, 1994.

MORALES, Ana Maria. Etnicidade e Mobilização Cultural Negra em Salvador. Salvador, 1990. Dissertação do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. 2ª edição. São Paulo: Ática,1988.

_____. Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos. In: Revista THOT, n.28, abril/2004.

THOT, n.28, abril/2004.

NASCIMENTO. Abdias & ELIZA Larkin Nascimento. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil,1938-1997 In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio & LYNN, Huntley Orgs.Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil. Ed Paz e Terra:2000.

NASCIMENTO, Eliza Larkin.O Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra. Petrópolis. Editora Vozes:1981.

NIETZSCHE, F. W. O anticristo. São Paulo: Editora Moraes, 1984. OLIVEIRA, Valdir Freitas & LIMA, Vivaldo Costa. Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1937.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção de identidade nacional. Campinas/,SP.: Pontes, 1993.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas SP: Editor da Universidade de Campinas, 1990.
- PAES, Maria Helena Simões. A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política. 2ª edição. São Paulo: editora Ática, 1993.
- PIERSON, Donald. Pretos e brancos na Bahia. São Paulo: Nacional, 1971.
- PIERSON, Donald. Negroes in Brazil: study of race contact in Bahia. Chicago: University of Chicago Press, 1942.
- PINHO, Patrícia de Santana. Reinvenções da África na Bahia. São Paulo, Annablume:2004.
- REX, John. Raça e etnia. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RISÉRIO, Antônio. Carnaval ijexá. Salvador-BA: Corrupio,1981.
- RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Ed. Nacional,1935.
- ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo, Companhia das Letras:1990.
- SANSONE, Lívio. “Funk baiano; uma versão local de um fenômeno global”. In SANSONE, Lívio & SANTOS, Jocélio Teles (orgs.). Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador, BA: Programa A Cor Da Bahia e Projeto S.A.M.B.A: 1997.
- SANSONE, Lívio. Negritude e racismo globais? uma tentativa de relativizar alguns paradigmas ”universais” nos estudos da etnicidade a partir da realidade brasileira. Porto Alegre :Horizontes antropológicos/Religião. ano 4, n.8, p.285: 1998.
- SANSONE, Lívio. “O Local e o Global na Afro-Bahia contemporânea”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº29, p.65-84, 1995.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. A Invenção do Ser Negro: Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SANTA RITA, Orlando & SANTOS, Manoel Mário R. dos. Reggae: Um eco da África negra. Feira de Santana. ADANDÊ, ano 1, nº 2 outubro/novembro de 1999.
- SCHWARCZ, L. Moritz. O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, L. Moritz. “Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil: Uma História das Teorias raciais em Finais de Século XIX”. In: Afro-Ásia, n.18, Salvador, EDUFBA, 1996.
- SKIDMORE, Tomas. Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 .
- SKIDMORE, Tomas. O Brasil visto de fora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- SKIDMORE, Tomas. White into black. Duham and London: Duke Universite Press, 1993.
- SCHNEIDER, Michel. Ladrões de Palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Campinas, ed. Unicampi, 1990.
- SILVA, Eduardo & REIS, João José. Negociação e conflito. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.
- SILVA, Jonatas C. da. “História de Lutas Negras: Memórias do Surgimento do Movimento Negro Unificado na Bahia”. In: Movimento Negro Unificado(1978-88).10 anos de luta contra o racismo. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.
- SILVA, Maria Palmira. Bloco Afro Ilê Aiyê seus protestos e sua beleza: um estudo psicossocial das minorias ativas na constituição da identidade negra na Bahia. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. (Mestrado em Psicologia Social).
- SILVA, Maria Auxiliadora G. da. Encontro e desencontros de um movimento negro. Brasília: Fundação Palmares, 1994.
- SILVEIRA, Renato da. Os Selvagens e a Massa: O Papel o Racismo Científico na Montagem da Hegemonia Ocidental. Salvador, Afro-Ásia, nº23, CEAO/ EDUFBA, 2000.
- SODRÊ, Muniz. A verdade seduzida. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.
- SOUZA, Pedro de. “A Boa Nova da Memória Anunciada”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção de identidade nacional. Campinas ,SP.: Pontes, 1993.
- WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992. (Partes I e II).
- WEBER, Max Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. III edição, Brasília/ DF: ed. U. N. B., 1994.
- WEST, Cornel. Questão de raça. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VIANA FILHO, Luiz. O negro na Bahia. 2ª edição. São Paulo: ed. Martins/MEC, 1976.
- VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. A africanização do carnaval de Salvador-Ba; A recriação do espaço carnavalesco (1876-1930). São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. (Mestrado em História).
- VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. “Folgedos negros no Carnaval de Salvador (1880-1930)”. In SANSONE, Lívio & SANTOS, Jocélio Teles(orgs.). Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador, BA: Programa A Cor Da Bahia e Projeto S.A.M.B.A: 1997.